

## INTELECTUAIS EM CENA: UMA POLÊMICA SOBRE O MÉXICO NEOLIBERAL NA REVISTA *NEXOS* (1999)

### INTELECTUALES EN LA ESCENA: UNA POLÉMICA ACERCA DEL MÉXICO NEOLIBERAL EN LA REVISTA *NEXOS* (1999)

José Antonio Ferreira da Silva Júnior<sup>1</sup>

**RESUMO:** Em abril de 1999, a revista mexicana *Nexos* deu início à publicação de uma série de artigos assinados por Carlos Salinas e Jorge Castañeda, uma polêmica que rendeu cinco edições da revista e um debate que envolveu não só concepções políticas, mas também diferentes estratégias discursivas. Tomando esta discussão como centro da análise, o objetivo deste artigo é explorar a revista cultural como forma de atuação política ao configurar e mobilizar distintas práticas intelectuais. Abordando temas que remeteram a contextos mais amplos que o proposto e uma conjuntura específica do processo de modernização e globalização posto em prática no México desde os anos 1980, os autores expressaram também sua relação com o vocabulário político da época. Partindo da historiografia que toma as revistas culturais como fontes privilegiadas para o estudo do papel social dos intelectuais, este trabalho conclui pelo caráter político do trabalho intelectual em toda sua dimensão cultural, desde a produção textual até o funcionamento editorial das publicações.

**Palavras-chave:** Revistas culturais; intelectuais; neoliberalismo, salinismo.

**RESUMEN:** En abril de 1999, la revista mexicana *Nexos* comenzó a publicar una serie de artículos firmados por Carlos Salinas y Jorge Castañeda, una polémica que tomó cinco números de la revista y un debate que involucró no solo concepciones políticas, sino también diferentes estrategias discursivas. Utilizando esta discusión como centro del análisis, el objetivo de este texto es explorar la revista cultural como forma de acción política por configurar y movilizar diferentes prácticas intelectuales. Al abordar temas que se referían a contextos más amplios que el propuesto y un momento específico del proceso de modernización y globalización implantado en México desde la década de 1980, los autores también expresaron su relación con el vocabulario político de la época. Partiendo de la historiografía que toma las revistas culturales como fuentes privilegiadas para el estudio del rol social de los intelectuales, este trabajo concluye por la importancia política del trabajo intelectual en toda su dimensión cultural, desde la producción textual hasta el funcionamiento editorial de las publicaciones.

**Palabras-clave:** Revistas culturales; intelectuales; neoliberalismo; salinismo.

---

<sup>1</sup> UNICAMP. Doutorando, desenvolvendo uma pesquisa sobre história contemporânea do México, na Universidade Estadual de Campinas, desde 2017, e na Rice University (Houston/EUA).

## 1 Introdução

Nas análises e estudos sobre as revistas culturais da América Latina, é comum surgirem metáforas que expressam a capacidade destas publicações de expressar, mobilizar, conectar, confrontar. Assim, as revistas por vezes são descritas como *arenas* onde se enfrentam distintos pontos de vista, ou mesmo *nós* de uma rede intelectual, uma analogia agora bem estabelecida por sua importância metodológica. Dentre estas diferentes metáforas, que criam noções espaciais para as relações e práticas intelectuais, a ideia da revista como um *palco* parece ser a mais corriqueira. É uma boa imagem, porque é capaz de destacar as publicações culturais como suporte e *local* de expressão de diversos *atores*, ao mesmo tempo em que revela a atuação dos intelectuais que aí publicam e sua capacidade de exercer convencimento, através de sua *performance*, sobre o público leitor.

Partindo dessa “metáfora teatral” como uma forma de sofisticar a análise histórica sobre o funcionamento da imprensa cultural, este artigo busca refletir sobre uma polêmica específica, publicada numa revista do México no fim da década de 1990, visando explorar como o discurso intelectual mobilizou alguns conceitos no período da globalização neoliberal e da transição democrática naquele país. Em 1999, no contexto da sucessão presidencial mexicana, a revista *Nexos* publicou uma série de artigos sobre aquela conjuntura política, dentre os quais destacou-se um debate entre o intelectual Jorge Castañeda e o ex-presidente Carlos Salinas. Tomando estes textos específicos como um estudo de caso, este trabalho tem o objetivo de analisar como os temas do neoliberalismo, e das reformas de governos dos anos 1980 e 1990, foram discutidos naquele momento, bem como visa chamar a atenção para a potência dessa revista como espaço de atuação política através de práticas intelectuais e culturais.

Desse modo, o texto inicia com uma abordagem breve do contexto político da segunda metade da década de 1990 e busca estabelecer a vigência do projeto neoliberal configurado no México desde os anos 1980. Em seguida, tomando a revista *Nexos* como objeto de estudo, são apresentadas as condições em que se desenvolveu o debate em questão e a análise dos textos da polêmica. Antes das considerações finais, são explorados alguns temas centrais para a história mexicana recente depreendidos do embate Salinas-Castañeda e também aprofundados alguns argumentos sobre a revista como “palco” e espaço múltiplo de ação política, ressaltando a importância de se considerar outras práticas intelectuais no funcionamento editorial destas publicações, para além da produção textual.

## 2 O salinismo como cenário: neoliberalismo e reformas das décadas de 1980 e 1990

Estudar uma polêmica publicada numa revista cultural mexicana, em 1999, implica considerar como pano de fundo da análise o contexto de crise econômica, desenvolvida no início dos anos 1980, e as reformas políticas e econômicas subsequentes até o fim do século XX. O fato de que o PRI (*Partido Revolucionario Institucional*) tenha sido derrotado nas urnas em 2000, pela primeira vez desde sua fundação nos anos 1930, pode mascarar, em análises mais apressadas, um processo de transformação e disputa dentro do próprio partido, mais complexo que apenas aquele contexto eleitoral. Uma abordagem assim deixa de lado a compreensão de que o grupo político na presidência do México, desde pelo menos 1982, não era unanimidade

dentro do PRI ou que o projeto econômico colocado em prática desde então não está entre os derrotados de 2000. Em suma, esse processo de crises e reformas, da década de 1980 e 1990 no México, tem de ser considerado sob a luz da ascensão dos governos tecnocratas e de sua aproximação com as políticas neoliberais que se consolidavam cada vez mais na economia mundial do período.

Em 1982, com a moratória da dívida externa declarada no fim do mandato de José López Portillo (1976-1982), o México aprofundou-se num ciclo de crises econômicas que revelavam o esgotamento do modelo de exportação, orientado principalmente à produção petrolífera, praticado na década anterior. As medidas de austeridade e redução do Estado adotadas pelo governo seguinte, de Miguel de la Madrid (1982-1988), contiveram a crise econômica, mas não foram capazes de atender às demandas sociais dos setores populares que perdiam direitos e assistência estatal num ritmo vertiginoso. Este quadro desencadeou um cenário complexo para as eleições de 1988: a corrente democrática do PRI, partindo em defesa dos princípios da Revolução Mexicana, tornou-se a principal oposição ao partido, que se afastava drasticamente dos princípios sociais e cidadãos estabelecidos pela Constituição de 1917. Após muitas denúncias de fraude eleitoral, o candidato priísta, Carlos Salinas de Gortari, saiu vencedor e teve seu sexênio (1988-1994) marcado pelo esforço de reconquista e resgate da confiança da população no PRI, tarefa ainda mais complicada pelo aprofundamento das medidas neoliberais de abertura econômica, privatização e reformas estruturais em setores como a reforma agrária e educação (CAMP, 2011; CARMONA DÁVILA, 2014).

O governo de Salinas também negociou e assinou o *Tratado de Libre Comercio de América del Norte* (TLCAN) com os EUA e Canadá, que entrou em vigor em 1994. Esse ano também foi marcado por muitas instabilidades políticas com o início de um movimento armado no estado de Chiapas, o assassinato do candidato priísta à presidência, Luis Donaldo Colosio, e uma crise de desvalorização acelerada da moeda mexicana logo após a posse de Ernesto Zedillo, escolhido pelo PRI nos últimos instantes para a disputa eleitoral. O sexênio de Zedillo (1994-2000), além de conter os danos da recente crise econômica, teve de lidar com as consequências sociais do projeto econômico neoliberal capitaneado até então por Salinas. Até a eleição de 2000, e a vitória de Vicente Fox, candidato da oposição mais à direita, pelo PAN (*Partido Acción Nacional*), a administração de Zedillo teve de atenuar os efeitos das reformas econômicas e conter a investida irrestrita dos discursos neoliberais, dando mais espaço à demanda por transição democrática, capitalizada pela oposição naquela época também em eleições locais e do legislativo (RODRÍGUEZ KURI, 2011; GAWRONSKI, 2002).

Ainda que o objetivo deste artigo não seja o de aprofundar-se na análise da conjuntura política e econômica do México neste período, vale a pena, após apresentar minimamente os sexênios entre 1982 e 2000, ressaltar como a definição e concepção de um projeto político e econômico, que convencionamos chamar “neoliberal”, perpassa e dá unidade a estas últimas administrações do PRI no século XX, e que será tema central na polêmica a ser analisada na revista *Nexos*. Para tanto, quero levar em consideração o trabalho de Isabelle Rousseau, filósofa e socióloga do El Colégio de México que, em 1999, publicou sua tese de doutorado sob o título de *Mexique: une révolution silencieuse? (1970-1995)*, na qual investiga a criação e execução de um projeto de modernização levado a cabo no México por grupos minoritários dentro das elites políticas do país. Este trabalho é uma das principais referências para explicar a política mexicana neste período porque esmiúça a configuração de uma nova forma de administração pública e a atuação de sujeitos dentro de uma racionalidade política e econômica norteada pelas ideias de eficiência, austeridade, abertura e modernização.

Rousseau propôs-se a estudar sociologicamente como um grupo político de tecnocratas ganhou espaço, firmou-se e chegou ao poder no México nas últimas décadas do XX. A autora afirma que os processos de industrialização e urbanização, intensificados nos anos 1970 pelo sucesso do modelo exportador do petróleo, criaram uma demanda social que exigiu uma ampliação do Estado e reformas administrativas que abriram caminho na gestão pública para novos atores identificados com uma promessa de transformação do já desgastado sistema político. A perspectiva de trazer conhecimentos técnicos e soluções concretas, para problemas e crises advindas de um modelo corporativista e clientelar, moldou a ascensão dos tecnocratas não só no Estado, como também no próprio PRI. Formados em universidades estadunidenses ou mexicanas, ligadas ao pensamento econômico ortodoxo, este grupo inicialmente estabeleceu-se em torno da *Secretaría de Programación y Presupuesto* (SPP), instituição destinada a organizar o orçamento do governo e mediar a aplicação de fundos e recursos das diferentes secretarias e áreas de administração nacional (ROUSSEAU, 2001, pp. 19-37).

A tese de Rousseau (2001, pp. 226-265) busca compreender a relevância adquirida por este grupo (e seus critérios para uma modernização acorde com a globalização neoliberal) não só na política e economia mexicanas, mas também dentro do PRI. Os tecnocratas conseguiram atrair o interesse de camadas da elite econômica, que antes temia as promessas sociais da revolução, e representaram para o próprio PRI uma possibilidade de reinvenção do partido que era cada vez mais contestado, principalmente depois da crise de 1982. A autora explica, assim, a indicação de Carlos Salinas, nome central da SPP no governo de Miguel de la Madrid, como candidato do PRI em 1988, ainda que os tecnocratas não fossem maioria no partido. Essa escolha por oficializar uma candidatura ligada aos projetos neoliberais teria levado à dissensão da ala democrática, identificada com os princípios revolucionários de igualdade e justiça, que viria a conformar-se no PRD (*Partido Revolución Democrática*), oposição mais à esquerda.

O sexênio de Salinas, segundo Rousseau, é o momento chave da aplicação e execução do projeto de modernização gestado ao longo da década de 1980 na SPP. Com a chegada ao poder de um dos principais líderes desse grupo de políticos, sua visão de administração e gestão pública irradiou-se com mais facilidade para outros órgãos do governo. As concepções econômicas e políticas sustentadas pelo grupo da SPP, vista pela autora como um “centro de formação”, que já vinham se espalhando através de atores e agentes que levaram aquele projeto modernizador a outros setores da política mexicana, agora se tornavam prática e linguagem comum de governo. Facilitou-se, assim, a atuação central de Salinas na promoção de reformas constitucionais e outras medidas que punham em prática as políticas de redução dos gastos do Estado, de abertura econômica e atração de investimentos privados e estrangeiros, de liquidação de políticas protecionistas, enfim, de desregulação da economia e de um projeto de crescimento econômico pautado pelos interesses do setor privado (ROUSSEAU, 2001, pp. 283-327).

O salinismo, como Rousseau nomeia esse projeto concebido na SPP e executado por Salinas com modelo de desenvolvimento, é marcado, então, por colocar em prática o liberalismo econômico e por legitimar discursivamente uma visão empresarial, usando noções de eficiência e competição como guias de ação política e social. Um dos principais programas de Salinas foi o *Programa Nacional de Solidaridad* (PRONASOL), que propunha usar recursos advindos das privatizações para custear projetos sociais criados e geridos por comunidades de baixa renda. Rousseau argumenta que este tipo de medida gera ganhos políticos para o salinismo, ao mesmo tempo em que reduz e focaliza a assistência social, eximindo o Estado de investimentos mais profundos em políticas de justiça social, além de promover as concepções políticas e econômicas que sustentavam aquele governo. O uso do liberalismo social, propagandeado por Salinas como uma “terceira via” entre o neoliberalismo e o modelo anterior

de um Estado protecionista, visava não só conter os efeitos sociais mais imediatos das reformas neoliberais, mas também buscava legitimar socialmente práticas e medidas que eram impopulares justamente por afetar diretamente os setores sociais mais pobres e necessitados (ROUSSEAU, 2001, pp. 329-379).

A assinatura do TLCAN, como ápice do liberalismo de Salinas, em 1994, representou naquele momento a consolidação das reformas de modernização econômica. Ainda que muito criticado pela falta de reformas políticas que dessem maior abertura democrática, e apesar de toda a instabilidade de 1994, Salinas conseguiu eleger seu sucessor pelo PRI, que seria responsável por dar continuidade àquele modelo de modernização do México. A crise econômica de desvalorização do peso mexicano, o “error de diciembre”, nos primeiros dias da administração de Zedillo, abalou todo o país e derrubou a imagem política de Salinas. Mas Rousseau (2001, pp. 425-447) destaca que em nenhum momento o projeto salinista foi colocado em xeque como modelo orientador do novo governo. Zedillo superou aquela crise em pouco tempo, acionando os mecanismos de ajuda financeira do TLCAN e, ainda que obrigado a lidar com os problemas socioeconômicos resultantes da administração anterior, deu seguimento e consolidou o projeto de modernização neoliberal, que permaneceu vigente mesmo após a vitória do PAN, em 2000.

Repassando as principais conclusões de Rousseau sobre a atuação dos “homens da SPP”, durante os anos 1980 e 1990, fica patente a continuidade de uma concepção liberal política e econômica que, pelo menos desde 1982, estabeleceu-se no sistema político mexicano, propondo-se a reformar o Estado delineado pelos princípios sociais da Revolução Mexicana, aproximando-se dos interesses do setor privado e da elite que, então, pode encontrar na política e na administração pública formas de crescimento e desenvolvimento que estavam de acordo com suas visões de mundo. A importância do trabalho de Rousseau, para esta análise, é justamente mostrar que o salinismo não está limitado ao governo Salinas e, portanto, representa ações e práticas que se definem como modernizadoras, mas que representam critérios muito específicos de modernidade. Em 1999, a polêmica entre Salinas e Jorge Castañeda abordou esse projeto e, portanto, não pode ser entendida apenas como uma discussão sobre o sexênio entre 1988 e 1994, mas sim como uma leitura das próprias noções e concepções que sustentavam a política mexicana naquelas últimas décadas. A revista *Nexos*, ao promover o debate e dar espaço para essa discussão, recuperava um contexto mais amplo naquele momento em que se começavam a organizar as dinâmicas e jogos políticos da sucessão presidencial.

### 3 *Nexos* prepara o palco: a revista e o roteiro da polêmica

A história intelectual, como metodologia, é essencial para a abordagem da polêmica que aqui serve de estudo de caso. Ainda que seja um campo múltiplo e interdisciplinar, sobre o qual é difícil precisar uma definição, este trabalho pauta-se nas noções de Pocock (2003, pp. 65-74) sobre a centralidade de um contexto linguístico para a conformação do vocabulário político, bem como para a construção discursiva intelectual. Também, aprofundando essas premissas e refletindo sobre a história intelectual na América Latina, Myers (2016, pp. 23-34) orienta a busca por conectar os sentidos e significados produzidos pelas práticas intelectuais com um estudo do contexto de enunciação e dos autores envolvidos. Assim, se no item anterior a preocupação central foi a de compreender o momento de reformas e modernização salinista, agora busco abordar mais de perto a revista *Nexos* como suporte material das ideias e discursos

intelectuais e, também, o contexto específico da discussão entre Carlos Salinas e Jorge Castañeda.

A historiografia sobre as revistas culturais como fontes para a história intelectual latino-americana é bastante profícua e conquistou local de destaque na academia nas últimas décadas. No México, os trabalhos de Aimer Granados García (2012; 2017) ressaltam a importância do estudo dessas publicações a partir de uma metodologia que explora a historicidade das ideias e discursos mobilizados pelos intelectuais, conectando autor, obra e contexto numa análise que toma as revistas não só como suportes materiais, mas também como partes de redes intelectuais configuradas no campo cultural latino-americano. Alexandra Pita e María del Carmen Grillo (2013) afirmam as revistas como objetos de estudo autônomos e traçam aspectos e categorias de análise que levam em consideração desde aspectos técnicos (como formato, periodicidade e tiragem) até os diferentes tipos de trabalho intelectual envolvidos na produção das revistas e seus conteúdos. Outro trabalho central é o de Regina Crespo (2010; 2011) que observa a função das revistas como meios de ação e intervenção política dos intelectuais em suas conjunturas, desde sua formação e projeto, até a circulação e difusão das ideias e discursos que passam a integrar, assim, as dinâmicas políticas e culturais em cada contexto de funcionamento editorial destas publicações.

*Nexos* foi fundada no fim dos anos 1970 com o objetivo de discutir as questões políticas e sociais do México a partir de perspectivas especializadas de nomes ligados à academia e às universidades. Buscando definir-se como uma revista menos literária e mais política e cultural, a publicação compôs-se de um corpo editorial múltiplo em atenção aos distintos temas que se tornavam centrais para a compreensão e debate do passado e presente mexicanos. A premissa de difundir e popularizar um conhecimento antes restrito à academia foi moldando os primeiros números da revista que, já na década de 1980, alcançou um local privilegiado junto ao público leitor. Em diálogo constante com os principais nomes da *intelligentsia* do país, *Nexos* formou-se como um contraponto à revista *Vuelta*, também muito popular, e sob direção de Octavio Paz, sendo que essas duas publicações representaram, ao longo dos anos 1980 e 1990, o eixo central do campo intelectual e da imprensa cultural mexicana (CONCHEIRO et al, 2018, pp. 17-20).

Sem esconder os laços pessoais de Héctor Aguilar Camín, que dirigiu *Nexos* entre 1983 e 1995, e Carlos Salinas, o grupo em torno da revista ficou identificado pela defesa de vários elementos do projeto stalinista. Posteriormente, inclusive, vieram a público notícias de que o governo mexicano socorreu financeiramente a publicação por diversas vezes (SCHERER GARCÍA, 2007, p. 208-209). Mas ao longo da década de 1990, a revista não deixou de publicar textos que também criticavam ou pelo menos elaboravam um olhar mais crítico sobre as promessas de modernização daquela administração. Na segunda metade dos anos 1990, com Luis Miguel Aguilar na direção e Rafael Pérez Gay como subdiretor, a revista enfrentou dificuldades financeiras devido às crises econômicas do período, mas, mesmo com a queda na circulação e nas vendas, sustentou números equilibrados com outras grandes publicações culturais do período: estudos sobre a revista naquele período apontam uma tiragem de cerca de 21.500 exemplares distribuídos nacionalmente (MIGUEL AGUILAR, 2018, pp. 189-190; CÁRDENAS SÁNCHEZ; BENÍTEZ AMARO, 1998, pp. 65-67; GALLEGOS CRUZ, 2018, p. 82).

Entre os anos 1980 e 1990, como uma figura que se tornou central no campo intelectual mexicano, Jorge Castañeda era também um personagem muito próximo do grupo *Nexos*. Circulando pela academia e imprensa do México e dos EUA, Castañeda constituiu-se como um comentarista privilegiado das transformações políticas e sociais pelas quais passava o país.

Sánchez Prado (2014, pp. 30-34) ressalta que, entre o fim dos anos 1980 e os anos 2000, Castañeda representou uma transição entre posições mais radicais da esquerda para uma defesa ampla da democracia como mecanismo de desenvolvimento e garantia de justiça social. Seus livros mais populares publicados no período – *La utopía desarmada* e *La casa por la ventana*, ambos de 1993, *The Mexican Shock*, lançado nos EUA e México, em 1995, – abordam temas como a superação dos projetos das esquerdas latino-americanas dos anos 1960 e 1970, a importância do Estado como mediador das reformas econômicas e da globalização e a necessidade de pensar-se as relações e trocas entre México e Estados Unidos para contextualizar o desenvolvimento dos dois países. Defendendo abertamente uma concepção social-democrática de atuação do Estado, posição política muitas vezes também sustentada pelos intelectuais de *Nexos*, no discurso intelectual de Castañeda a luta pela democracia configurou uma forma de resistência ao molde neoliberal do TLCAN. Suas posições e perspectivas sobre o processo de globalização posto em prática desde os anos 1980, são ilustrativas não só de uma compreensão política de seu contexto, mas também revelam a disputa de distintos discursos pela definição em torno dos projetos de modernização que se consolidavam no país.

Um debate entre Jorge Castañeda e o ex-presidente Salinas, em 1999, é significativo e rico para explorarmos estas operações discursivas através das quais Castañeda produziu sua crítica ao neoliberalismo enquanto promovia a importância de reformas democráticas efetivas. No contexto do processo de especulação, escolha e apresentação dos candidatos da eleição à presidência que ocorreria em 2000, a revista *Nexos* publicou, em abril de 1999, uma rodada de textos produzidos por figuras centrais na política nacional mexicana, entre eles ex-presidentes, ex-candidatos à presidência e os aspirantes ao pleito do ano seguinte. Nomes como Cuauhtémoc Cárdenas, Luis Echeverría, José López Portillo, Manuel Camacho Solís, Miguel de la Madrid, Vicente Fox, Carlos Salinas (que vivia fora do país desde o fim de sua administração), Porfirio Muñoz Ledo, Jesus Silva-Herzog F., entre vários outros, assinaram textos nos quais abordavam desde sexênios anteriores até a situação política daquele presente, agitada pelo tema da sucessão presidencial. Especificamente aos ex-presidentes foi colocada uma pergunta-tema: “¿qué ha cambiado en la presidencia de México desde que usted dejó de ser presidente?” (LOAEZA, 1999, p. 1).

*Nexos* iniciava, assim, uma série de debates quando, na edição posterior, em maio de 1999, traria textos de intelectuais comentando e polemizando com os autores convidados da primeira rodada, que por sua vez tiveram a oportunidade de responder aos seus comentaristas na edição de junho. A maioria das polêmicas fomentadas por *Nexos* nessa dinâmica não rendeu mais que duas ou três edições, nas quais os autores envolvidos ou simplesmente não responderam, ou concordaram em discordar. No entanto, o comentário de Castañeda ao artigo de Salinas e os textos que se sucederam tiveram maior repercussão, e a polêmica entre os dois durou até agosto de 1999, não ficando limitada apenas às páginas de *Nexos*, mas também sendo publicada e comentada na imprensa diária mexicana.

Outro aspecto importante do roteiro dessa polêmica é a publicação naqueles meses do livro *La herencia* (1999a), no qual Jorge Castañeda leva a público entrevistas com ex-presidentes (incluindo Salinas) e uma análise sobre o processo sucessório da presidência mexicana no longo período de domínio priísta, focando-se principalmente nas administrações de Echeverría, López Portillo, Madrid e Salinas. O autor busca em seu livro mostrar como a escolha do candidato do PRI nas últimas décadas esteve permeada por práticas extremamente ritualizadas que colocavam em disputa o poder pessoal do presidente, o poder político no México e as incontáveis variáveis econômicas e sociais de cada contexto sucessório. O modo como os presidentes escolheram seu sucessor no período analisado revela, de acordo com Castañeda, sua capacidade de mobilizar

apoios dentro e fora do partido, bem como sua perspectiva de exercer algum tipo de influência sobre os projetos políticos do futuro presidente e, conseqüentemente, no futuro do país.

*Nexos*, também naquela edição de abril de 1999, trouxe uma entrevista com Jorge Castañeda sobre seu mais novo livro, e publicou um trecho da obra, especificamente um em que o autor trata de como Salinas escolheu originalmente seu sucessor, Luis Donaldo Colosio, assassinado antes das eleições, em março de 1994 (CASTAÑEDA, 1999b). Assim, quero ressaltar que o contexto desse debate entre Salinas e Castañeda está sustentado, de modo geral, nesse processo da sucessão presidencial em 1999 e, de modo específico, no momento da publicação de *La herencia* e no ambiente de polêmicas criado pela revista *Nexos* ao incentivar a discussão entre nomes da intelectualidade e da política naquela conjuntura. Ainda que o tema da sucessão de Ernesto Zedillo, então presidente e sucessor de Salinas e do salinismo, não seja o foco do debate, compreender os elementos desse contexto político e editorial é importante para que esta análise possa explorar o papel da revista e de seus membros como atores intelectuais e políticos. Uma última nota: a revista *Nexos* disponibiliza todos os seus textos, desde sua fundação, em sua página na web, porém a paginação original dos artigos não está presente. As páginas indicadas nas citações destes textos refere-se ao arquivo .pdf criado a partir do site, aqui indicado na lista de referências.

#### 4 A polêmica em cartaz

No texto que abre a polêmica, intitulado “México: 1988-1994”, Salinas (1999a), fugindo da pergunta temática, propunha-se a participar do diálogo proposto por *Nexos* descrevendo algumas ações e medidas de sua administração, buscando oferecer ao leitor elementos para que, segundo ele, fosse possível julgar seu mandato e ir além da imagem negativa que o “inconsciente coletivo” tem daquele período. Portanto, de partida, fica claro que Salinas não tinha Castañeda como interlocutor direto; talvez os editores da revista nem tenham revelado ao ex-presidente a ideia de fomentar um debate, o qual, por fim, segue por cinco edições. O importante é perceber que o tom desse primeiro artigo é defensivo, e que Salinas já assume a postura de responder a críticas e críticos de seu governo, ao tomar como objetivo de seu texto a tarefa de contestar a percepção comum de um mandato desastroso para o México, imagem reforçada, claro, pelas crises políticas e econômicas de 1994 e 1995.

É sobre a globalização e suas ações para inserir o México na economia global que reside a principal defesa de Salinas sobre seu sexênio. O autor parte do pressuposto de que, diante de uma “globalização que se tornou inevitável”, a soberania convertia-se em “valor fundamental” para garantir o desenvolvimento mexicano num cenário mundial dominado pelo poderoso vizinho, os EUA. Segundo Salinas, seu governo atuou em diferentes frentes para criar apoio da população ao seu governo e garantir, deste modo, uma identificação entre povo e Estado, fortalecendo a vontade popular como base da afirmação soberana mexicana. Seu principal argumento nesse sentido é a valorização do liberalismo social que, segundo o ex-presidente, foi uma forma de aliar responsabilidade fiscal do governo com programas sociais capazes de fomentar a distribuição de renda e a participação política das classes mais pobres. O PRONASOL, financiado pelos recursos oriundos das privatizações empreendidas em seu governo, teria sido o maior exemplo de uma ação do Estado que, a uma só vez, teria mobilizado politicamente a população, reduzido os níveis de pobreza entre 1988 e 1994 e permitido o aumento real do salário do mexicano neste período (SALINAS, 1999a, pp. 3-4).

Salinas, citando estatísticas e cifras de diversos órgãos internacionais, afirma que, com os resultados obtidos pelo liberalismo social, seu governo construiu-se como uma alternativa e teria rechaçado os modelos do neoliberalismo e do populismo, trazendo para esse debate a ideia de “terceira via”, argumento já destacado por Rousseau, o qual sustentou o programa de solidariedade em seu governo. A conclusão do texto é significativa:

El ánimo social que se construyó durante esos años no provino de una construcción *artificial*, mucho menos de un engaño colectivo. Tuvo como basamento *real* los *resultados alcanzados* mediante el notable esfuerzo del pueblo mexicano. Compárese la conducción de la presidencia entonces como *realmente* se llevó a cabo, no como el inconsciente colectivo la *imagina* hoy, o como deliberadamente la distorsionan diversos y tenaces comentarios de prensa (SALINAS, 1999a, p. 6. *Itálicos meus*).

Usando a premissa de que os números e cifras citados deixam patentes os resultados concretos de seu governo, Salinas contrapõe a noção de realidade a termos como imaginação, distorção, construção artificial. Segundo seu argumento, é incontestável o saldo positivo construído pelo liberalismo social e as imagens negativas de sua administração são frutos de distorção da imprensa ou um “inconsciente coletivo” que deve ser combatido pela “realidade” que se apreende de estudos e pesquisas objetivas. O tom geral desse texto busca, então, afirmar o sexênio de Salinas como um governo avesso ao neoliberalismo e ao populismo, destacando o liberalismo social como uma alternativa que teria sido capaz de construir melhorias concretas para a população mexicana, ao mesmo tempo em que desqualifica as críticas a sua administração como falsificações e distorções de uma realidade passível de ser verificada em dados e números estatísticos.

Na edição de maio de 1999, *Nexos* trazia a segunda rodada do debate político que promovia em suas páginas naquele ano. Soledad Loaeza, intelectual próxima ao grupo da revista, comenta em um breve texto as quatro respostas dos ex-presidentes convidados e destaca que o texto de Salinas não esconde uma boa dose de narcisismo (LOAEZA, 1999, p. 1). Mas o comentário central do texto de Salinas estava a cargo de Castañeda e foi publicado sob o título de “Como en un restaurante chino” (CASTAÑEDA, 1999c). A proposta do intelectual é polemizar não com Salinas diretamente, mas com os apoiadores e defensores do salinismo que exercem uma “crítica light” ao seu período de governo, escolhendo elogiar e enaltecer as medidas e ações que lhes agradam, apontando alguns problemas e ignorando a proposta de fundo do projeto salinista; um apoio “a la carte”, como ironizado no título do artigo.

Antes, no entanto, de partir para sua crítica central ao salinismo, Castañeda discute os números e dados expostos por Salinas para atestar a diminuição da pobreza no México durante seu governo. Citando um texto de Nora Lustig, publicado em *Nexos* na edição de setembro de 1998, Castañeda afirma que Salinas já usou esses dados para afirmar na imprensa espanhola a redução da concentração de renda no seu mandato. Lustig havia então contestado as cifras que o ex-presidente apresentara e, comparando-as com outros estudos, ressaltou imprecisões e ambiguidades, já que conclusões distintas eram possíveis, variando o resultado conforme os critérios adotados. Também, sobre o aumento dos salários, o autor destaca que a fonte do estudo no qual Salinas se baseia é o próprio Banco de México: “No tiene nada de malo, pero tampoco se trata de una fuente externa, imparcial y universalmente reconocida” (CASTAÑEDA, 1999c, p. 2). Castañeda, no entanto, não busca argumentar que os dados

sustentados por Salinas são falsos. Ao abordar esse aspecto do texto do ex-presidente, o autor problematiza o uso das cifras como provas incontestes de uma realidade. Sua conclusão sobre o assunto mostra esta perspectiva de que os critérios de estudos estatísticos são discutíveis, bem como é possível construir afirmações quando se sabe quais dados escolher para avaliar um período: “En otras palabras, aun tomando criterios sumamente discutibles, la única manera de concluir que Carlos Salinas mejoró la situación social del país es si lo liberamos de toda responsabilidad por la crisis de 1995, y si aceptamos que la represión inflacionaria y la sobrevaluación del tipo de cambio no originaron el derrumbe de diciembre” (CASTAÑEDA, 1999c, p. 2).

A crítica mais pungente de Castañeda dedica-se, no entanto, a argumentar que o salinismo é um projeto neoliberal e, portanto, avesso à democracia. O autor denuncia as “críticas light” a Salinas como aquelas que aprovam as reformas econômicas de seu governo, mas reprovam a falta de uma reforma política efetiva. Castañeda afirma a importância de perceber-se que as reformas neoliberais de Salinas ocorreram justamente por falta de um processo de abertura democrática:

[...] el “consenso de Washington” y su expresión mexicano-salinista era un paquete: se tomaba o se dejaba en conjunto, tanto por la magnitud de la agenda de reformas, como por su ritmo y el carácter intempestivo e irreflexivo de muchas de ellas. Por una sencilla razón: las supuestas reformas “valiosas” eran inseparables de (e impensables sin) las “desviaciones”: en términos más descarados y clásicos, *qui veut la fin veut les moyens*. [...] Quien aborrecía la corrupción tradicional del sistema mexicano, y temía un nuevo brote de la misma, no podía aplaudir la privatización indiscriminada de la banca, los teléfonos, las carreteras, la siderúrgica y las líneas aéreas; y a la inversa, quien favoreciera dichas privatizaciones, por las razones que fuera (ideológicas, financieras, políticas) debe aceptar sus consecuencias: corrupción, excesos, errores, etc (CASTAÑEDA, 1999c, p. 3).

Desse modo, o autor afirma que o projeto salinista era incompatível com a democracia por sua própria natureza neoliberal. Citando o trabalho de John Gray, pensador britânico, Castañeda busca afirmar que o tão propalado livre mercado é uma expressão do “capitalismo selvagem”, um mercado totalmente desregulado num ambiente político onde instituições democráticas são vistas como empecilhos. No contexto do governo de Salinas, as reformas liberalizantes teriam se concretizado sobre esta premissa: “[...] autoritarismo y reformas económicas iban necesariamente de la mano, y había que oponerse a ambos, o abrazar a ambos” (CASTAÑEDA, 1999c, p. 4). O autor conclui seu texto afirmando que esses posicionamentos seletivos sobre o salinismo são falsa ingenuidade e marca sua postura de crítica ao salinismo como um pacote, em seu conjunto.

Aparentemente, logo após a publicação desse texto de Castañeda, o clima de polêmica entre os autores se estabeleceu. Apesar de afirmar que suas críticas não eram dirigidas a Salinas, e sim ao salinismo, o autor dos comentários publicados em maio fez considerações diretas aos argumentos do ex-presidente, e o embate entre eles não esperou a edição de junho de *Nexos* para ter seguimento. Entre os dias 27 de maio e 1 de junho daquele 1999, foram publicados no jornal diário *Reforma* trechos e comentários sobre as reações de Salinas e Castañeda,

antecipando parte do que seria publicado na edição 258 de *Nexos* naquele mês.<sup>2</sup>

O artigo “Reflexiones sobre una ensalada china”, de Salinas (1999b), abre então a terceira rodada do debate em *Nexos*. O autor começa seu texto citando diretamente um texto de Castañeda, “Mexico at the brink”, publicado em 1985, originalmente na revista *Foreign Affairs*, depois traduzido como “México en la orilla” e publicado na edição de fevereiro de 1986 de *Nexos*. Segundo Salinas, esse artigo de Jorge Castañeda trazia uma demanda por reformas econômicas bem próximas daquelas que foram realizadas em seu governo. Ao comentar a conclusão de Castañeda em “Como en un restaurante chino”, Salinas afirma:

Una posición maximalista, es decir del “todo o nada”, como la que Castañeda adopta en ese párrafo final, poco contribuye a un debate constructivo sobre las propuestas que se requieren. Pero, además, resulta sorprendente ante las posiciones que había sostenido con anterioridad, como lo ejemplifica su artículo de *Foreign Affairs* (SALINAS, 1999b, p. 3).

Esse trecho adianta elementos do que será um esforço do ex-presidente para desqualificar Castañeda como seu interlocutor ao longo de todo seu texto: a) sua posição “maximalista” não contribui para um bom debate; b) a incoerência entre o seu texto de 1985 e as críticas dirigidas ao salinismo em 1999.

Salinas passa então a responder às duas críticas centrais de seu comentarista: a questão da democracia e a das cifras e dados estatísticos. O ex-presidente afirma que não houve um descompasso entre reformas econômicas e políticas em seu governo, sendo este mais um “estereótipo” de sua administração construído por seus críticos. Salinas também nega que suas reformas tenham uma natureza neoliberal, afirmando seu compromisso democrático e sustentando que o liberalismo social foi sua proposta por uma terceira via aos modelos populistas e neoliberais (SALINAS, 1999b, pp. 4-5). O programa de solidariedade, constituído como sua política social, teria sido um incentivo para a participação popular e, portanto, um exemplo de como o liberalismo social faz parte de um esforço pela democratização:

Nuestra experiencia demostró que, con redes de organización popular, en las comunidades se alcanzaban aumentos en la productividad y además una distribución más equitativa de los beneficios. Durante esos años, el Gobierno fue más eficaz porque las comunidades activaron más su espíritu cívico. El nivel de vida de los que menos tenían se elevó mediante su trabajo organizado y con el fortalecimiento de la sociedad civil. Esta fue, y sigue siendo, una diferencia crucial con el neoliberalismo y el populismo (SALINAS, 1999b, pp. 7-8).

Quanto à problematização de Castañeda sobre os estudos e estatísticas que atestariam a diminuição da pobreza e o aumento dos salários no México durante seu sexênio, Salinas afirma

<sup>2</sup> 27 de maio: “Pide CSG a Castañeda precisar información”, “Carlos Salinas de Gortari: un mejor debate”; 28 de maio: “Responde Castañeda a reclamo de Salinas”, “Salinas sigue sin oír, ver o leer”; 29 de maio: “Pide Salinas elevar el debate”; 1 de junho: “Tercero interesado”.

não compreender por que seria tão difícil reconhecer estas melhorias demonstradas por “dados objetivos” (SALINAS, 1999b, p. 5) e questiona:

¿No sería más útil para el debate reconocer ese aumento que las *cifras objetivas* confirman, y a partir de ello, en todo caso, señalar que no fue suficiente y que se hubiera requerido un aumento mayor y más rápido? Sobre todo, debatir de manera seria y ordenada sobre la manera de alcanzarlo, y no perder energías y talento en *malabarismos estadísticos* como los que él intenta (SALINAS, 1999b, p. 6. Itálicos meus).

Mais uma vez, o ex-presidente recorre à ideia de que uma objetividade é apreendida de dados e cifras para atestar seus resultados. Salinas aceita que se questione se foram suficientes ou não, mas recusa a ideia de negar-se uma realidade que para ele é inquestionável. Chegar a outras conclusões utilizando diferentes números seria sustentar uma realidade falsificada pelos “malabarismos estatísticos” de seu crítico.

O autor traz também nesse trecho e na conclusão de seu texto o apelo por um “melhor debate” (SALINAS, 1999b, p. 8), tal como prefiguraram os artigos publicados no final de maio em *Reforma*. Ao argumentar pela qualidade do debate, Salinas mais uma vez desqualifica Castañeda como seu interlocutor, recusando a crítica ao projeto salinista como um todo. Em outras palavras, o debate do qual o ex-presidente aceita participar é um que parte de seus supostos acertos, seus resultados concretos atestados por números objetivos. Salinas aceita pensar o futuro do México somente a partir dessa premissa e Castañeda, ao questionar suas reformas econômicas e políticas em conjunto, é definido não como um debatedor, mas, sim, como um manipulador da opinião pública. Depois de muito discutir e afirmar uma perspectiva “objetiva” sobre sua administração, Salinas conclui que “Es importante debatir el pasado porque, ya se ha dicho, lo que es pasado es prólogo. Pero lo más relevante son las propuestas hacia adelante” (SALINAS, 1999b, p. 8), deixando evidente que seu objetivo é discutir um futuro mexicano a partir da versão do passado na qual seu governo e seu legado são tomados como positivos. Essa terceira rodada do debate representa, assim, para o ex-mandatário uma oportunidade de reafirmar os mesmos argumentos já presentes naquele primeiro texto de abril, avançando, porém, uma argumentação que mira o futuro como parte de um projeto político.

Ainda nessa edição de junho de *Nexos*, é publicada uma breve carta que Jorge Castañeda dirigiu à redação da revista com o objetivo de responder pontualmente alguns elementos do texto de Salinas, principalmente o uso daquele seu texto de 1985 para questionar a coerência de seu discurso. Castañeda defende-se afirmando que Salinas omitiu que o texto “Mexico at the brink” ressalta a importância de reformas na economia serem acompanhadas de um processo de abertura democrática real, argumento que vai elaborar e aprofundar na quarta rodada, a ser publicada na edição de julho. Aumentando o tom da polêmica, o intelectual repete uma frase que havia sido manchete em *Reforma*, ainda em 28 de maio: “Al igual que durante su sexenio, Salinas sigue sin oír, ver o leer a los demás; sólo escucha y cita lo que le conviene” (CASTAÑEDA, 1999d, p. 2). Desse modo, quero destacar que a edição *Nexos* 258, de junho, estava publicando uma fase da polêmica que já havia se processado na imprensa diária. A urgência da resposta de Salinas, e depois de Castañeda, é um importante elemento da discussão entre os autores, mas essa é uma questão a ser analisada após observarmos a polêmica como um todo. Por hora, basta notar que se encerrou em junho uma primeira fase da discussão, caracterizada pelas acusações mais diretas, numa dinâmica de ataque e defesa que transbordou

das páginas da revista para a imprensa diária. Um segundo momento da polêmica, entre julho e agosto, será caracterizado também pela ampliação do debate: outros autores e intelectuais inserem-se na discussão, mas o fazem na própria revista *Nexos*. As intervenções principais, de Salinas e Castañeda, concretizam-se em textos mais longos e reflexivos, procurando estabelecer uma argumentação mais elaborada sobre seus pontos de vista.

No mês de julho de 1999, a edição de *Nexos* complementou o embate Salinas-Castañeda com outros três textos: “Proyectos en disputa”, de José Antonio Crespo; “Reformas pendientes”, de Luis Rubio; e “La visita”, de Sergio Sarmiento. Enquanto este último ocupou-se em descrever uma breve passagem de Salinas pelo México, entre 12 e 14 de junho, especulando os interesses políticos do ex-presidente (Sarmiento, 1999, p. 3), os textos de Rubio e Crespo tocam em pontos básicos da polêmica que tomou as páginas da revista nos últimos meses. A questão da existência de uma terceira via entre neoliberalismo e populismo é abordada por Crespo no contexto das eleições presidenciais de 2000. Salinas, que vinha afirmando seu governo como uma alternativa, é apresentado pelo autor como parte de um período neoliberal, iniciado com o mandato de Miguel de la Madrid e sustentado até a então atual administração de Zedillo. Crespo analisa a suposta terceira via como uma perspectiva importante naquela conjuntura, quando os moldes neoliberais das últimas presidências mostravam-se já problemáticos, mas destaca também que a afirmação dessa alternativa convertia-se em um mero recurso discursivo adotado pelos diferentes partidos que se preparavam para a contenda do ano seguinte (CRESPO, 1999, pp. 2-3).

Por outro lado, o texto de Luis Rubio, aproxima-se do debate que Salinas buscava ao acusar Castañeda de “maximalista”. O autor enaltece as reformas do ex-presidente e medidas como a assinatura do TLCAN, afirmando a importância desse acordo para a geração de empregos e para o crescimento econômico do país. Rubio também critica o processo descontrolado de privatizações, que resultou em problemas financeiros para o governo e em casos de corrupção e fraude. Desse modo, seu texto sustenta uma argumentação de defesa do salinismo que havia sido descrita por Castañeda como uma “crítica light”, exatamente a postura que Salinas esperava de seu interlocutor: aceita que seu projeto, em si, é positivo para o México e propõe discutir quais ações devem ser tomadas para corrigir problemas que surgiram em sua aplicação. O autor propõe como explicação para os problemas do salinismo a ideia de que as reformas foram insuficientes: a economia não teria sido totalmente liberalizada e as estruturas políticas do antigo sistema priísta ainda eram entraves à completa modernização do México (RUBIO, 1999, pp. 3-4). A revista aprofundava e contextualizava, assim, o debate central de Salinas e Castañeda. Esses textos exploravam temas que eram parte da polêmica e pode-se perceber um esforço da revista em trazer pontos de vista que ampliavam o alcance do debate e o conectavam com aquele presente e aquela conjuntura da sucessão, trazendo os elementos originais buscados na proposta original de debate da edição de abril. A atuação da revista conformando um cenário mais amplo para esta discussão evidencia que a publicação era mais que um mero suporte para os discursos intelectuais efetivados em suas páginas.

O artigo de Castañeda dessa quarta rodada, “El salinismo” (também publicado em *Reforma*, como “El salinismo y la realidad mexicana”, em duas partes nos dias 22 e 23 de julho), sustenta a mesma estratégia de afirmar-se em polêmica com o salinismo e não pessoalmente com Salinas. O autor inicia, assim, seu texto:

No estoy seguro de que yo sea la persona más indicada para polemizar en estas páginas con Carlos Salinas. Creo que el debate de fondo de Salinas es con

Ernesto Zedillo, sobre el “error de diciembre”, y con aquellos mexicanos que se dejaron convencer por sus promesas y hechizos. Pero el exmandatario optó por conferirme el dudoso privilegio de ser su interlocutor en esta polémica, al responder de manera selectiva y estridente a mi breve nota sobre su contribución inicial al debate en *Nexos* (CASTAÑEDA, 1999e, p. 1).

Pode-se perceber, nesse trecho, que Castañeda também recusa Salinas como interlocutor, e que estabelece uma proposta de debate distinta da que o ex-presidente propunha em seu texto. É interessante notar como a polêmica proposta por *Nexos* resulta em dois interlocutores recusando-se mutuamente, mas, ainda assim, o formato do debate proposto proporcionou à revista material para cinco edições.

O texto de Castañeda parte, então, de uma estratégia clara: antes de aprofundar-se na definição do salinismo, preocupação que ocupa a maior parte do artigo, o autor tece breves comentários iniciais sobre a questão das cifras e estatísticas que Salinas insistiu em defender largamente em sua última intervenção: “a) Sus fuentes no son las que dice. b) Sus cifras no son las que dice; otras fuentes dan otras cifras. [...] De las mismas cifras propuestas por Salinas, expertos en la materia [...] sacan otras conclusiones. Arriban a conclusiones opuestas a las de Salinas, revisando las mismas cifras” (CASTAÑEDA, 1999e, p. 2). Tomando o cuidado de referenciar cada estudo comentado, Castañeda argumenta por uma perspectiva que não toma as estatísticas como neutras ou como reflexos da realidade. Se Salinas afirma o tempo todo a objetividade dos números para atestar as melhorias proporcionadas à população mexicana, o intelectual busca estabelecer uma abordagem que leva em conta a subjetividade por trás das leituras e interpretações feitas desses dados. Ou seja, Castañeda propõe que o debate não seja pautado por conclusões supostamente incontestáveis e, sim, seja focado nas premissas e propostas políticas e ideológicas por trás das reformas de Salinas.

Assim, o autor passa a afirmar sua principal tese sobre o salinismo: o processo de reforma econômica, se não acompanhado de reformas políticas democratizantes, torna-se um mero mecanismo de concentração de renda e de exploração capitalista desregulada. Castañeda afirma que essa premissa já estava descrita naquele seu texto de 1985 resgatado por Salinas para questionar sua coerência. O autor é enfático:

Mi tesis constante [...] era que en ausencia de una democratización de fondo del sistema político del país las reformas económicas (necesarias, sin duda) se viciarían de entrada, siendo “capturadas” por las poderosísimas élites mexicanas. Sin democracia, sin una transformación del movimiento obrero y de la política social (a su vez sólo posibles gracias a la democratización), sin una reafirmación de la política exterior mexicana y de su concomitante erguidez frente a Estados Unidos, no sólo quedarían trucas e ineficaces las reformas económicas sino que incluso podrían volverse contraproducentes (CASTAÑEDA, 1999e, p. 3).

O texto segue afirmando a importância da democracia como um movimento participativo que é capaz de criar instâncias de regulação às reformas econômicas. Segundo o autor, as instituições democráticas, se funcionando de forma eficaz, atuariam como meio de mobilização popular, levando os interesses de trabalhadores e setores sociais historicamente sub-representados às esferas de decisão política. Desse modo, um ritmo menos acelerado e vertiginoso seria imposto

às reformas econômicas, dificultando abusos e excessos, o que o autoritarismo e pressa do salinismo não pode, ou não quis, conter (CASTAÑEDA, 1999e, pp. 4-6).

Para demonstrar que a administração de Salinas foi, efetivamente, um período de concentração de renda, corrupção e avesso à democracia, contrariando todo o discurso e imagem de “modernização” que promovia o ex-presidente, Castañeda centra sua atenção em três aspectos da situação política e econômica mexicana naquele período: as privatizações, a questão do emprego e da abertura comercial do TLC, e a reforma fiscal. Esses temas são explorados pelo autor como forma de reforçar seu argumento sobre a importância de a abertura política acontecer simultaneamente às reformas econômicas. Em cada um deles, são apontados os problemas que, segundo o texto, são derivados de um contexto de abertura desregulada e usufruída apenas pelos grupos e setores já dominantes da elite econômica no país. Quero focar no tema dos processos de privatização, porque este é o que ressoa mais significativamente no último texto de Salinas, que fecha a polêmica, em agosto de 1999.

Assim, sobre os processos de privatização, Castañeda ressalta que “Con muy contadas excepciones, [...] las privatizaciones salinistas arrojan resultados mediocres. La lista de quiebras, quebrantos, re-nacionalizaciones, rescates y fraudes es larga de verdad” (CASTAÑEDA, 1999e, p. 7). O autor explica esses fracassos devido à forma como o governo de Salinas procedeu na venda das empresas estatais, sem um marco regulatório adequado e sem mecanismos de fiscalização, de modo a facilitar e acelerar o processo privatizador. Castañeda argumenta que um sistema mais democrático não seria garantia contra as crises econômicas advindas do salinismo, mas que, certamente, estas não impactariam o país tão severamente. O autor conclui fazendo referência aos processos de negociação do setor energético naquele contexto para sustentar sua tese da democracia como forma de controle do processo de reforma econômica: “La mejor prueba: las dificultades actuales con la energía eléctrica y la petroquímica muestran que en condiciones de democracia todo es más difícil, más lento, más vigilado, y a la larga más sano para el país en su conjunto, sea cual sea el desenlace” (CASTAÑEDA, 1999e, p. 7).

É interessante notar que Castañeda não usa o termo “neoliberal” para definir o salinismo ao longo de todo seu texto, deixando implícita sua recusa em tomar parte no debate sobre o liberalismo social ser ou não uma alternativa ao populismo e ao neoliberalismo. Insistindo que o processo de reformas levado a cabo no governo de Salinas era, por excelência, um programa de desregulação do mercado e da economia, imposto apressadamente e sem instâncias políticas legítimas de defesa dos interesses da população, o autor exerce sua posição de criticar o salinismo como um todo, sem entrar no mérito da terceira via, que seu interlocutor tão efusivamente defendia.

O próprio título do último texto da polêmica, publicado em *Nexos* 260, adianta a linha de argumentação de Salinas: em “Las cifras y la sociedad civil” (também publicado em duas partes no jornal *Reforma*, de 25 e 26 de agosto de 1999), o ex-presidente se esforça para assentar os dois elementos centrais da positividade discursiva de seu sexênio: seu uso das estatísticas como provas de uma realidade concreta e a promoção da ideia de sociedade civil como instância democrática construída em seu governo. O autor retoma seu argumento de que o liberalismo social e o PRONASOL foram mecanismos que incentivaram a participação política e a organização social dos trabalhadores e defende as privatizações como a forma de gerar os recursos necessários para sua política social, desonerando o Estado e reduzindo os gastos do governo (SALINAS, 1999c, pp. 2-3). Desse modo, Salinas não aceita que o processo privatizador de sua administração tenha sido um fracasso e levado a crises mais graves. Sobre os bancos privatizados, por exemplo, o ex-presidente afirma:

En los bancos fallaron aspectos de la supervisión, pero no la privatización. La opción no es que vuelvan al Estado (ahora ni los populistas lo proponen); ni que el sistema de pagos mexicano esté en manos de extranjeros (sólo los peores neoliberales lo promueven). Lo que se requiere es la construcción de instituciones reguladoras, que son indispensables dentro de la nueva estrategia, instituciones que estaban integrándose, pero la crisis de 1995 interrumpió el proceso e impuso otras prioridades (SALINAS, 1999c, p. 9)

É notável que a solução alternativa aos populistas e aos “piores neoliberais”, proposta nesse trecho por Salinas, seja muito parecida com a demanda de Castañeda por instituições democráticas que sejam capazes de controlar os danos de uma privatização feita às pressas. O fato de que “outras prioridades” tenham desviado a “integração” dessas instâncias indica que, talvez, a sociedade civil não estivesse constituída numa força política tão significativa quanto quer argumentar Salinas.

Também central nesse texto é o apelo constante do autor a dados e números capazes de comprovar seus resultados. Respondendo a outro de seus críticos, Salinas afirma uma “realidade documentada” capaz de combater a criação de uma “verdade onde não existe” (1999c, pp. 5-6). Mais adiante, referindo-se diretamente à polêmica com Castañeda, escreve:

Va siendo una tendencia entre los denostadores de mi administración buscar desacreditar los argumentos, pues tratan de *confundir a los lectores* con supuestas descalificaciones a las fuentes que utilizo en mis escritos. Castañeda no parece ser la excepción. Por eso, conviene apuntar lo siguiente. Primero: las cifras son las cifras, las fuentes citadas son las fuentes citadas, los datos son los datos.

[...] las conclusiones sobre mi administración están fundadas en *información seria y confiable*: disminuyó la proporción de mexicanos en condiciones de pobreza extrema. Ese no es un resultado “leve”, sino un hecho alentador que se vuelve notable ante la catarata de afirmaciones, sin sustento, que pretenden sostener lo contrario. Podría argumentarse que esa disminución no fue suficiente, y yo estaría de acuerdo. [...] En realidad, al citar cifras sobre la disminución de la pobreza durante mi gobierno, lo único que he hecho es *apoyar mi argumento con cifras objetivas*. Procuero con ello debatir la afirmación, que se ha repetido pretendiendo volverla una *verdad*, de que en mi administración la pobreza creció. (SALINAS, 1999c, p. 10-11. Itálicos meus).

Esse trecho é importante porque deixa evidente a relação estabelecida por Salinas entre a objetividade de dados, alegadamente apreendidos de fontes idôneas, e sua defesa contra a criação de “verdades” manipuladas sobre sua administração. Também está presente sua busca por um debate que parta da premissa de que seu governo teria diminuído a pobreza, ainda que de forma insuficiente. O autor constrói, assim, uma conexão intrínseca entre realidade e objetividade, entre esfera material e uma esfera discursiva que é capaz de cristalizar o real em informações objetivas, verificáveis.

É realmente curioso, e, claro, significativo, como Salinas usa o termo “verdade” para referir-se a supostas “mentiras”; ele aceita que “verdades” são discursos construídos, pela força

da repetição, mas o seu próprio discurso de realidade não é visto como mais uma construção, como mais uma repetição de dados até que se afirme a sua verdade, entre tantas outras. Desse modo, a noção que revela “verdade” como um discurso, desconstruindo a validade dos argumentos de seus opositores, é a mesma que afirma outra “verdade” tida como incontestável. A criação de “verdades” é uma ação de seus “denostadores”; Salinas, ao contrário, e segundo sua argumentação, apenas revela o real usando dados concretos, confiáveis e objetivos. Esta é a operação discursiva que desqualifica seus críticos como manipuladores e falsificadores de um suposto saldo incontestavelmente positivo de seu governo. Salinas afirma, inclusive, que a participação de Castañeda no debate, distorcendo o passado recente, responde a outros interesses: “Exitoso, eso sí, en la explotación de un mercado político y mediático orientado a premiar la denostación del pasado inmediato, si bien con rendimientos decrecientes en el presente pero con la mirada puesta en la toma de posiciones para el futuro” (SALINAS, 1999c, p. 11).

## 5 Fecham-se as cortinas: a polêmica, a história e a revista

Uma questão central da polêmica é a discussão em torno das estatísticas e dados, bem como as leituras conflitantes realizadas por estudos de distintos órgãos, nacionais e internacionais. A posição de Salinas em afirmar categoricamente seus resultados é contrastada com a reticência de Castañeda em aceitar um debate assentado em conclusões extraídas de números tomados como neutros. O uso de estatísticas para averiguar-se o sucesso ou o fracasso de políticas sociais e econômicas é corriqueiro, e também visto como uma forma importante de basear argumentos nas discussões sobre passado e presente, ou projeções sobre o futuro. Por que, então, boa parte da polêmica Salinas-Castañeda é dispendida em analisar-se critérios de avaliação ou a capacidade de estudos gerarem números que atestem uma realidade? A resposta é, ao mesmo tempo, simples e complexa. Simples porque é uma operação comum nas ciências sociais questionar as fontes de informação e compreendê-las como frutos de intencionalidade e subjetividade: uma abordagem que problematiza a ideia de neutralidade. Castañeda não realiza nenhuma operação inovadora ao chamar a atenção para diferentes e outras possíveis leituras desses dados.

Complexa, por sua vez, porque revela distintas visões de mundo, distintos posicionamentos sobre a possibilidade do real ser apreendido, ou o sentido em que foi transformado. Salinas acredita que as condições de vida dos mexicanos foram de fato melhoradas, apesar de aceitar que de forma insuficiente, e que aqueles números são retratos disso. O que Salinas toma como insuficiência de suas políticas representou, para muitas famílias, condições mais difíceis de vida. O ex-presidente satisfaz-se com o dado de que suas reformas econômicas e a assinatura do TLC criaram novos empregos, relevando outras fontes que indicam que estas mesmas medidas favoreceram apenas o setor exportador, as maquiladoras, e prejudicaram fatalmente a produção rural de pequenas comunidades, principalmente indígenas, que não puderam concorrer com o mercado dos produtos agrícolas importados dos EUA. Falta, no afã de afirmar uma realidade incontestável, um cuidado em perceber que números representam apenas um dos múltiplos aspectos da vida humana e da sociedade. O esforço em simplificar toda a questão em dados tomados como irrefutáveis é ilustrativo de uma leitura da realidade que se torna propícia à promoção de discursos do neoliberalismo e de políticas que escondem realidades de miséria por trás de ilusões de sucesso.

Numa análise a partir dos estudos culturais, María Saldaña-Portillo, destaca justamente

como estatísticas e cifras pretensamente objetivas são usadas para a construção de “ficções do desenvolvimento”. Estas são narrativas baseadas na afirmação de como o TLCAN teria sido bem sucedido na criação de empregos e no crescimento econômico, usando dados do setor industrial e exportador. A autora chama atenção para o fato de que esta maior produtividade suscitada pelo comércio com EUA e Canadá não resultou num efeito que economistas chamam de *backward linkages*, ou seja, o investimento estrangeiro gerou crescimento restrito e localizado na economia mexicana, não fomentando o emprego ou o desenvolvimento de comunidades e setores fornecedores das indústrias exportadoras (SALDAÑA-PORTILLO, 2005, pp. 754-759).

Assim, toda a riqueza produzida estava relacionada ao capital estrangeiro e, portanto, não circulava amplamente na vida cotidiana dos mexicanos; se uma pequena parcela de mexicanos conseguiu uma colocação no mercado de trabalho nesses anos, uma parcela maior sofreu impactos diretos das políticas de abertura comercial sem proteção fiscal. Em conjunto com as reformas constitucionais que dissolviam e esvaziavam a reforma agrária consolidada desde a Revolução Mexicana, por exemplo, este contexto de fim das políticas protecionistas resultou em deslocamentos populacionais, alijando os trabalhadores rurais de seu controle sobre a terra e levando-os a condições de vida precárias nas grandes cidades do México ou mesmo nos EUA, num aumento histórico do movimento de migração, documentada ou não, em direção à fronteira do norte, depois da qual seus direitos como cidadãos são completamente questionados. Saldaña-Portillo, concluindo pela importância de se considerar outras realidades que são omitidas pelas estatísticas, pergunta-se:

For how must the condition of their *rancherías, ejidos, tierras comunales*, and *colonias* have changed over the course of ten years for them to have decided to leave their homes, their languages, their indigenous cultures, their families, their nation – to leave every form of social relation that mark one’s identity – to begin again in this legal limbo? (SALDAÑA-PORTILLO, 2005, p. 758).

Outro aspecto importante que deve ser apreendido considerando a polêmica como um todo é como os intelectuais envolvidos participaram de distintas formas e como suas práticas variaram conforme surgiam distintos interesses. É importante notar que o volume de junho da revista *Nexos* trazia não só a resposta de Salinas aos comentários de Castañeda, mas publicava também a carta do intelectual dirigida a Luis Miguel Aguilar Camín, então diretor de *Nexos*, na qual Jorge Castañeda contestava pontualmente algumas considerações e acusações feitas por Salinas na terceira rodada do debate. Importante também perceber que, além de indicar que o debate havia extravasado para além das páginas de *Nexos*, garantindo uma repercussão editorial certamente proveitosa, o fato de Salinas e Castañeda terem publicado em *Reforma*, no fim de maio, e em *Nexos* 258, de junho, indica a mobilidade e capacidade de circulação no campo intelectual e na imprensa mexicana. Certamente, pode-se aventar também a possibilidade de a polêmica ter transbordado à imprensa diária pela impaciência de Salinas em contestar os comentários de Castañeda publicados em maio: o primeiro texto sobre a polêmica publicado em *Reforma*, do dia 27 de maio, noticia uma demanda de Salinas a Castañeda (“Pide CSG a Castañeda precisar información”).

É, nessa questão, então, que fica evidente como diferentes ações intelectuais correspondem a distintos interesses políticos. Castañeda não tem pressa em esgotar o debate na segunda rodada. A periodicidade das revistas culturais não incomoda seu argumento. Salinas, por outro lado, tem urgência em rebater as críticas e o ciclo mensal parece apenas uma

oportunidade para que os “malabarismos” de Castañeda decantem e solidifiquem-se na opinião pública, sedimentando “distorções” sobre sua administração. Salinas quer defender prontamente seu legado e, quiçá, reverter a imagem negativa de sua carreira política perseguida pelos “estereótipos” do passado; Castañeda apenas sustenta sua reputação de polemista, antissalinista, intelectual crítico, uma postura política que talvez lhe servisse caso já fizesse vistas a “tomada de posições no futuro”, como afirma Salinas. A historiadora Regina Crespo ressaltou como revistas e jornais buscam intervir em seu presente, mas a própria natureza destes suportes define distintas possibilidades:

Enquanto os jornais, principalmente os de grande tiragem, organizam-se sobre uma estrutura mais complexa e financeiramente mais poderosa, as revistas literárias e culturais normalmente se mantêm de maneira precária, lutando com problemas de distribuição, dificuldades financeiras e, muitas vezes, acabam fechando suas portas de maneira precoce. Enquanto os jornais trabalham com os fatos no calor da hora, o tempo das revistas é menos rígido e urgente. Menos submetidos ao imediatismo das notícias, os editores das revistas reservam aos temas e fatos que decidem trabalhar um tempo de elaboração maior e um espaço material (número de colunas ou páginas) eventualmente mais amplo. Isso resulta na criação de textos mais analíticos e expande o lugar dos autores que firmam seus próprios textos e mantêm uma certa autonomia, embora compactuem com a linha editorial da revista ou respeitem-na (CRESPO, 2011, p. 99).

Embora *Nexos* não tenha encerrado suas atividades, sendo publicada até os dias de hoje, a revista certamente passou por períodos de dificuldade financeira, e o contexto da sucessão oferecia uma boa oportunidade para que fossem exploradas polêmicas que rendessem e repercutissem amplamente. Esse trecho de Crespo também traz um dado importante que diferencia revista e jornal como suportes: *Reforma* publica em duas edições diárias o que *Nexos* publica em uma mensal. Mas a questão central também não é o espaço, é a urgência. A análise da autora é elucidativa por evidenciar o tempo menos rígido das revistas e sua capacidade de oferecer um espaço de reflexão menos premente. O funcionamento editorial das revistas e da imprensa diária servem de suporte à escrita, discussão, reflexão, mas se os formatos não são equivalentes, se os públicos não são os mesmos, os interesses e motivações dos envolvidos seguramente são diferentes ao exercerem suas práticas intelectuais na revista e no jornal.

A materialidade dos impressos e seus aspectos elementares (periodicidade, público, alcance, distribuição, etc) conformam e definem, assim, o papel e a existência destas publicações como atores políticos, bem como dos intelectuais que atuam no seu funcionamento. Sobre esta questão, buscando elucidar e sofisticar a análise do trabalho intelectual que compôs a polêmica Salinas-Castañeda em *Nexos*, é importante recorrer ao trabalho de Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen sobre a centralidade de práticas que superam a produção textual, por exemplo. As historiadoras argumentam pela importância do conceito de intelectual mediador como forma de aprofundar a compreensão em torno do trabalho intelectual e das práticas de criação cultural. As autoras ressaltam que a divisão entre intelectuais “criadores” e “mediadores” é artificial, e defendem que essa perspectiva reproduz uma concepção limitada das formas de produção e circulação do conhecimento. Assim, afirmam que devem ser consideradas pelas análises históricas as relações entre os bens culturais e o trabalho de diferentes atores que participam ativamente na difusão e promoção dos saberes especializados em âmbitos mais

amplos da sociedade. Gomes e Hansen, então, buscam valorizar a produção do intelectual mediador como original, ressaltando que todas as etapas da dinâmica cultural, desde a concepção até a recepção, são momentos de produção de sentido (GOMES, 2020; GOMES; HANSEN, 2016).

A atividade dos intelectuais mediadores na edição, confecção e difusão dos periódicos, o que quero referir como produção intelectual não-textual, é central na configuração da discussão entre Salinas e Castañeda: cria potencialidades que podem ser exploradas financeiramente e politicamente pelas publicações e pelos autores. O contexto em que é proposto o debate, a escolha dos interlocutores e a forma como repercutem estes textos, deixa evidente que direção e redação da revista têm uma atuação central e definidora de múltiplos aspectos da polêmica. Mesmo que não tenham escrito textos e comentários sobre os temas que estavam em discussão, esses intelectuais responsáveis pelo funcionamento editorial do periódico, em toda sua materialidade, atuaram não só na circulação e difusão, mas também contribuíram para a própria conformação dos discursos efetivados ali em suas páginas, afinal de contas, as práticas intelectuais não são neutras ou desapegadas do suporte onde se efetivam. Como uma diretora de teatro, que escolhe intérpretes, define papéis, monta o cenário, convoca o público e produz um espetáculo onde atores polemizam, convencem, comovem, mobilizam e geram comentários nos jornais no dia seguinte, a revista demonstra que por trás de um texto publicado há muito trabalho realizado por distintos intelectuais, não só do autor. A história do pensamento político não pode furtar-se de analisar o contexto de enunciação das ideias, noções e discursos intelectuais se se quer investigar e explorar as relações constitutivas entre contexto linguístico e ação discursiva dos sujeitos políticos, entre *langue* e *parole*, como definiu Pocock (2003, p. 66). Esta “metáfora teatral” evidencia não só o discurso intelectual como uma performance que visa o convencimento, mas também nos ajuda a perceber toda a produção envolvida por trás de cada atuação discursiva e performática.

## 6 Considerações finais

As eleições presidenciais representam momentos de inflexão na política e sociedade mexicanas e resultam ser contextos interessantes para a análise histórica preocupada com os alcances dessa dinâmica no campo intelectual e cultural do país. No caso deste artigo, o início da comoção e das discussões sobre as eleições de 2000, ainda em 1999, criou o cenário propício para uma polêmica que colocou frente a frente dois nomes de grande destaque no México. Um ex-presidente, famoso por suas políticas reformadoras, infame pelo mesmo motivo, e um intelectual, renomado historiador e economista, debateram sobre temas que se referiam ao passado recente, produzindo noções, perspectivas, narrativas e concepções sobre as características de um projeto de modernização econômica e política que impactava e convulsionava a sociedade mexicana há anos.

Um dos objetivos deste texto era justamente o de perceber como estavam sendo interpretadas as transformações e o contexto de reformas que o México enfrentava desde os anos 1980. A historiografia sobre o tema tem dado destaque ao desenvolvimento de um processo contínuo que explica os moldes da modernização praticada pelos três últimos governos priístas do século XX. A percepção de que o salinismo é a melhor representação destas concepções, relativas à administração política e à gestão econômica, pautou a análise deste artigo em dois sentidos: a) ao revelar que a polêmica Salinas-Castañeda sobre democracia, neoliberalismo e “terceira via” também era sobre os rumos que o país seguia durante a

administração Zedillo, e que o modelo econômico tão brilhante que Salinas defendia tão orgulhosamente já não brilhava tanto; b) ao evidenciar que aquele projeto passou por um processo de imaginação intelectual-política e concepção institucional que conecta as reformas estruturais mexicanas com o contexto mundial da globalização neoliberal, seja através de atores que buscavam conceber uma versão das premissas do pensamento econômico ortodoxo para o México, seja através de acordos de comércio internacional, como o TLCAN.

Em outro nível de análise, este trabalho procurou refletir sobre o papel de *Nexos* e sua capacidade de atuar politicamente ao concebê-la como mais do que um mero local de expressão. A forma como a polêmica foi concebida, desenhada e desenvolvida pela revista, mostrou que a noção de trabalho e ação intelectual deve superar a produção textual e a construção discursiva. As escolhas editoriais sobre espaço, circulação, e sobre o momento político no qual foi desencadeada a polêmica mostram que os intelectuais por trás do funcionamento da revista usaram-na ativamente como meio de participação no mercado editorial e de intervenção na sua presente conjuntura política. Usando a metáfora da revista-teatro como forma de chamar atenção para a multiplicidade de atividades que sustentam os intelectuais em cena durante o espetáculo de uma polêmica, este artigo quer defender uma concepção ampla das revistas culturais como suportes ativos de práticas intelectuais variadas, não só de ideias. O conceito de intelectual mediador embasou aqui o argumento de que há um intrincado processo de significação social (e também política) entre produção textual, edição, circulação e recepção dos produtos culturais. Assim, espera-se que este estudo de um debate específico, num contexto específico, seja capaz de projetar luz sobre outras análises sobre as revistas como fontes diferenciadas da história do campo intelectual e político da América Latina.

## Referências

### Fontes:

Artigos da revista *Nexos* disponíveis em: [https://www.nexos.com.mx/?page\\_id=16320](https://www.nexos.com.mx/?page_id=16320)

CASTAÑEDA, J. *La herencia*. México: Extra Alfaguara, 1999a.

CASTAÑEDA, J. Engañando a un candidato. *Nexos*, n. 256, abril/1999b.

CASTAÑEDA, J. Como en un restaurante chino. *Nexos*, n. 257, maio/1999c.

CASTAÑEDA, J. Una carta de Jorge G. Castañeda. *Nexos*, n. 258, junho/1999d.

CASTAÑEDA, J. El salinismo. *Nexos*, n. 259, julho/1999e.

CRESPO, J. A. Proyectos en disputa. *Nexos*, n. 259, julho/1999.

LOAEZA, S. Genio y figura. *Nexos*, n. 257, maio/1999.

RUBIO, L. Reformas pendientes. *Nexos*, n. 259, julho/1999.

SALINAS, C. México: 1988-1994. *Nexos*, n. 256, abril/1999a.

SALINAS, C. Reflexiones sobre una ensalada china. *Nexos*, n. 258, junho/1999b.

SALINAS, C. Las cifras y la sociedad civil. *Nexos*, n. 260, agosto/1999c.

SARMIENTO, S. La visita. *Nexos*, n. 259, julho/1999.

*Bibliografia citada:*

CAMP, R. A. The Revolution's Second Generation: The Miracle, 1946-1982 and Collapse of the PRI, 1982-2000. In: BEEZLEY, W. *A Companion to Mexican History and Culture*, pp. 468-79. Wiley-Blackwell, 2011.

CÁRDENAS SÁNCHEZ, A. L.; BENÍTEZ AMARO, N. Análisis comparativo de las revistas culturales *Vuelta* y *Nexos*. Trabalho de conclusão de curso. UNAM, México, 1998. Disponível em: [https://ru.dgb.unam.mx/handle/DGB\\_UNAM/TES01000263698](https://ru.dgb.unam.mx/handle/DGB_UNAM/TES01000263698)

CARMONA DÁVILA, D. México 2013. Los vuelcos de la historia. Del nacionalismo revolucionario al neoliberalismo. *Valenciana*, vol. 7, n. 13, pp. 229-249, 2014. <https://doi.org/10.15174/rv.v0i13.52>

CONCHEIRO, L.; RODRÍGUEZ, A. S.; RUIZ RODILLA, Á. *Las Décadas de Nexos (1978-1997)*. Tomo I. México: Fondo de Cultura Económica, 2018.

CRESPO, R. (ed.). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. México: UNAM/Eón, 2010.

CRESPO, R. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: FRANCO, S.; JUNQUEIRA, M. A. (eds.) *Cadernos de Seminários de Pesquisa*, pp. 98-115. São Paulo: Usp/Humanitas, 2011.

GALLEGOS CRUZ, Cristhian. La escritura de la democracia: un estudio sobre las transformaciones de lo político y los discursos intelectuales en las revistas *Vuelta* y *Nexos* (1976-2000). Dissertação de mestrado. Instituto Mora, México, 2018. Disponível em: <https://mora.repositorioinstitucional.mx/jspui/handle/1018/390>

GAWRONSKI, Vincent T. The Revolution Is Dead. ¡Viva La Revolución!: The Place of the Mexican Revolution in the Era of Globalization. *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, vol. 18, n. 2, pp. 363-97, 2002. <https://doi.org/10.1525/msem.2002.18.2.363>

GOMES, Â. C.; HANSEN, P. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, A.; HANSEN, P. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Â. C. O lugar dos "Intelectuais Mediadores": entrevista com Ângela de Castro Gomes. *Café História*, 31 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/intelectuais-mediadores-entrevista-angela-de-castro-gomes/>

GRANADOS GARCÍA, A. Las redes intelectuales latinoamericanas en perspectiva historiográfica: una mirada desde México. *Historia y Espacio*, vol. 13, n. 49, pp. 63-95, 2017. <https://doi.org/10.25100/hye.v13i49.5850>

GRANADOS GARCÍA, A. *Las revistas en la historia intelectual de América Latina: redes, política, sociedad y cultura*. México: UAM, Juan Pablos Editor, 2012.

MIGUEL AGUILAR, L. Mis años en la dirección. In: CONCHEIRO, L.; RODRÍGUEZ, A. S.; RUIZ RODILLA, A. *Las Décadas de Nexos (1978-1997)*. Tomo I, pp. 189-190, México: Fondo de Cultura Económica, 2018.

MYERS, J. Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem. In: SÁ, Maria Elisa Noronha (org.). *História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas*, Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

PITA, A.; GRILLO, M. C. Revistas culturales y redes intelectuales: una aproximación metodológica. *Temas de Nuestra América*, vol. 29, n. 54, pp. 177-194, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/tdna/article/view/6338>

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

RODRÍGUEZ KURI, A. Challenges, Political Oposition, Economic Disaster, Natural Disaster and Democratization, 1968 to 2000. In: BEEZLEY, W. *A Companion to Mexican History and Culture*, pp. 493-504. Wiley-Blackwell, 2011.

ROUSSEAU, I. *México ¿Una Revolución Silenciosa? Élités gubernamentales y proyecto de modernización, (1970-1995)*. México: Colmex, 2001.

SALDAÑA-PORTILLO, M. J. In the Shadow of NAFTA: ...y tu Mama Tambien Revisits the National Allegory of Mexican Sovereignty. *American Quarterly*, vol. 57, n. 3, pp. 751-777, 2005. <https://doi.org/10.1353/aq.2005.0051>

SÁNCHEZ PRADO, I. M. The Democratic Dogma: Héctor Aguilar Camín, Jorge G. Castañeda, and Enrique Krauze in the Neoliberal Crucible. In: CASTILLO, D.; DAY, S. A. *Mexican Public Intellectuals*, pp. 15-44. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

SCHERER GARCÍA, J. *La terca memoria*. México: Grijalbo, 2007.

Recebido em: 02/12/2020

Aceito em: 03/02/2021